OS DOADORES DE LIBERDADE: AS AÇÕES DO CLUB ABOLICIONISTA NOS PERIÓDICOS RECIFENSES (1880-1881)

Felipe Francelino de Oliveira[1]
Paulo Henrique Fontes Cadena[2]

RESUMO: Na segunda metade do século XIX, como percebe a historiografia, houve crescimento da campanha abolicionista no Brasil. Abílio César Borges (1824-1891), que conheceu o modus operandi do abolicionismo britânico, tentou implantar a ideia no Brasil. Angela Alonso vai nos alertar para um problema enfrentado por Borges. No Brasil, ele não poderia contar com o apoio da religião, caso que foi diferente na Inglaterra e nas colônias inglesas. A religião oficial no Brasil, a Igreja Católica Romana, era parte do Estado, com isso não poderiam divergir da instituição do Estado. Borges e abolicionistas brasileiros passaram a usufruir de espaços laicos para a propagação do pensamento abolicionista: salões de agremiações e escolas. Sociedades foram criadas com o objetivo de libertar pessoas, pagando por liberdade e lutando juridicamente pelo direito de ser livre. No Recife, entre 1880-1881, não foi diferente. Publicações em jornais de movimentos abolicionistas foram comuns. O Club abolicionista, formado por estudantes da Faculdade de Direito do Recife, foi exemplo. No dia 12 agosto de 1880, o clube anunciou que iria promover um evento em 28 de setembro do mesmo ano para libertar escravizados. Nosso objetivo é entender essa e outras associações recifenses que se movimentaram para propagar a ideia da abolição no Recife.

PALAVRAS-CHAVE: Club Abolicionista. Abolicionismo. Periódicos.

ABOLICIONISMO NÃO É PARA TODOS

Abílio César Borges (1824-1891) pertencia ao seleto grupo de intelectuais e políticos brasileiros, junto com Joaquim Nabuco, José Mariano, José do Patrocínio, André Rebouças e tantos outros que defendiam os ideais abolicionistas. Foi um dos responsáveis que pensaram o movimento abolicionista na elite brasileira. O abolicionismo brasileiro estava mais ligado à política. Joaquim Nabuco em seu livro "O abolicionismo"[3] (1883) vai defender a ideia. Podemos ver esse pensamento ser

[1] Graduando em História na UNICAP.
[2] Professor do Curso de História na UNICAP.
[3] O livro teve sua primeira publicação em 1883. Joaquim Nabuco tenta nessa obra explicar o abolicionismo brasileiro em um momento crucial para o movimento. A leitura desse autor para falar desse momento é imprescindível.

discutido no livro de Angela Alonso, "Flores, Votos e Balas: O movimento Abolicionista Brasileiro (1868-88)"[4] e nas publicações dos jornais de associações e clubes abolicionistas.

Para o abolicionismo brasileiro era necessária a libertação dos cativos, passando homens e mulheres da condição de elemento servil à base de trabalhadores e trabalhadoras livres. Desse modo, o Brasil chegaria ao status de Nação civilizada, como afirmou Joaquim Nabuco (2011, online p.5). Promover uma vida de liberdade aos miseráveis dos escravizados era apenas o meio de se ver parecido com grandes nações como a Inglaterra.

Parte dos brasileiros tinha o projeto de acabar com a desgraça dos cativos de forma lenta e gradativa, podemos observar isso na lei que proibiu o tráfico atlântico de cativos (1850)[5] e na lei do Ventre Livre (1871)[6 7].

Para alguns escravocratas essas leis seriam o começo do fim da escravidão e nada mais deveria ser feito. Precisava apenas esperar, pois, sem a nova chegada de cativos e sem a possibilidade de reprodução deles a escravidão chegaria ao seu fim em um momento próximo. Joaquim Nabuco (2011, online, P.3) disse que essas leis não transferiam as pessoas de cativos à livres, estavam apenas limitando os espaços onde os escravocratas buscavam almas. Os abolicionistas acreditavam que era um progresso, porém caminhava a passos lentos e atitudes do governo ou privadas precisavam ser tomadas, de acordo com Celso Castilho e Camillia Cowling. (Castilho e Cowling (2013, p.163)[8]

Vendo que o governo brasileiro caminhava a passos lentos para aniquilar a escravidão, os abolicionistas decidiram tomar atitudes. Ainda se baseando em Angela

[4] Livro de 2015, contando o processo do movimento abolicionista. O trabalho de Angela Alonso faz uma bela análise sobre o abolicionismo de elite. Angela Alonso, junto com Joaquim Nabuco, foram as principais fontes para a produção deste trabalho.
[5] Também conhecida como Lei Eusébio de Queirós. A última lei brasileira que trata sobre o tráfico atlântico de escravizados.
[6] Lei que dar sequência ao processo gradual do fim da escravidão no Brasil.
[7] sidney chalhoub trabalha a ideia de abolição gradativa em "Machado de Assis: Historiador"
[8] CASTILHO, Celso and COWLING, Camillia. Bancando a liberdade, popularizando a política: abolicionismo e fundos locais de emancipação na década de 1880 no Brasil. *Afro-Ásia* [online]. 2013, n.47.

Alonso, podemos ver que a elite abolicionista brasileira tinha contato com os abolicionistas do exterior e vendo como operam, tinham a possibilidade de enxergar o que poderiam fazer e o que deveriam evitar.[9]

Olhando para fora do Brasil, perceberam o *modus operandi* do abolicionismo inglês que utilizava jornais, panfletos, manifestos e a religião. Esse modelo serviu de exemplo para os brasileiros, todavia não pôde ser transferido sem alterações. A religião era o ponto que necessitava de alterações. No Brasil tínhamos até aquele momento a Igreja Católica como órgão participante das molas que acionavam o poder do Império, assim como a escravidão. Uma instituição do Império não poderia ir em divergência à outra. Coisa diferente vemos no abolicionismo britânico, que teve grande apoio dos Quakers[10].

Tendo em vista essa dificuldade, os brasileiros tiveram que pensar outros espaços para conseguir divulgar a necessidade do fim da escravidão. Foi pensado em espaços "laicos"[11], espaços onde não haveria confronto com a igreja católica. Foram criados clubes, associações abolicionistas. Angela Alonso (2015, p.15) vai dizer que Abílio César Borges tinha uma escola onde ele os seus trabalhadores eram livres e aconselhava seus alunos a não levarem seus escravos para a escola. Esses espaços foram extremamente importantes para o movimento, pois foi neles que conseguiram recrutar pessoas, divulgar suas ideias e libertar cativos.

Como discutimos anteriormente, o movimento abolicionista era um espaço das elites políticas e intelectuais no Brasil, os clubes e associações não seriam diferentes. Para participar dessas organizações era cobrado taxas para o aluguel dos teatros e salões de festas onde aconteciam as cerimônias de liberdades.

Eram sempre grandes cerimônias, diversos oradores, bandas tocando. Foram eventos bastante luxuosos, e com isso caros, que despertaram a atenção da população.

[9] José Murilo de Carvalho junto com Leslie Bethel produziram um artigo em 2008 chamado "Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos Correspondência, 1880-1905" tratando da relação e do contato de Joaquim Nabuco com abolicionistas britânicos.
[10] Grupo religioso britânico com origens na reforma protestante. O grupo acreditava na igualdade dos homens diante de Deus, o que impossibilitava a escravidão.
[11] Angela Alonso conta que os salões de agremiações, as escolas, as Câmaras municipais vão ser espaços politizados pelo movimento abolicionista.

Esse tipo de luta contra a escravidão teve bastante significado, uma vez que começa a atacar o acampamento inimigo e tirar vidas da servidão. Se o Estado estava apenas limitando a possibilidade de novos cativos, os particulares com seus clubes estariam possibilitando novos libertos. Isso foi um dos temores dos proprietários de escravos em 1871 com a lei do Ventre Livre no Art. 4, que dava a possibilidade de terceiros intervirem na propriedade privada. Os clubes abolicionistas de todo o Brasil só tiveram a possibilidade de pagar a alforria de escravos depois de 1871. Os donos de escravos foram obrigados por lei a vender seus cativos quando eles possuíam o necessário para se libertarem, com ou sem ajuda de terceiros.

Até o momento, fizemos uma breve apresentação do que foi o movimento abolicionista brasileiro. Se faz necessário essa apresentação para que seja possível entender em que contexto o *Club abolicionista* do Recife está inserido. Entender que o clube não surgiu do nada, contudo de um movimento que vinha crescendo, principalmente na segunda metade do século XIX.

O CLUB ABOLICIONISTA DO RECIFE

O Clube foi criado em agosto de 1880 por alunos da Faculdade de Direito do Recife. Neste momento temos a faculdade de direito como um polo acadêmico para a elite brasileira. A Faculdade de Direito não foi só um polo acadêmico, mas também uma base para o abolicionismo recifense. Segundo Celso Castilho e Camillia Cowling (2013, p.170) das 14 associações abolicionistas que foram criadas de 1880 a 1883, dez partiram da Faculdade de Direito. Ainda utilizando de Castilho e Cowling (2013, p.169) vamos observar que o estudante de direito tinha a responsabilidade de defender a abolição.

Os professores, alunos e funcionários da faculdade de direito, que já eram membros do club - por volta de 50 rapazes[12] - decidem sair do pequeno espaço que habitavam e tentar a sorte com a população geral. Vemos no dia 12 de agosto de 1880

[12] Número retirado da publicação do Club Abolicionista no Diário de Pernambuco e Jornal do Recife.

no Jornal Diário de Pernambuco e Jornal do Recife[13] o convite do Club a toda população que pudesse e quisesse ser membro da associação.

Não era apenas um lugar onde rapazes intelectuais iriam discutir sobre os problemas que a escravidão causava à sociedade. O Club tinha um objetivo anual, bancar a liberdade de alguns escravizados. Todos os anos, no dia 28 de setembro, aniversário da Lei do Ventre Livre, o Club produziria uma cerimônia com o objetivo de bancar a liberdade dos cativos que fosse possível.

O Club realizava reuniões no Club popular[14] do Recife frequentemente, seja para discutir suas regulamentações, escolher seus diretores, escolher os possíveis a ser libertos.

É pertinente notar a vida ativa das publicações do Club nos jornais recifenses. Toda a atividade da instituição estava nos periódicos, desde uma nova diretoria, sempre renovada depois das cerimônias, até as pautas de pequenas reuniões ordinárias. Como pode ser observado no jornal Diário de Pernambuco, no dia 13 de agosto de 1880 a publicação com os nomes da primeira diretoria do Club. Foi escolhido A. Joaquim Manhães de Campos[15], natural do Rio de Janeiro como presidente do Club. Não foi possível obter muitas informações sobre o presidente, todavia, sabemos que Joaquim Manhães era aluno da Faculdade de Direito e em 1880 estava em seu último ano. (HEMEROTECA DIGITAL, Diário de Pernambuco, 13, agosto, 1880. P.2)

Nesta mesma publicação vemos nomes de outros administradores do grupo como Honório A. de Souza Brandão, vice-presidente do Club. Dele não conseguimos nenhuma informação. Pode-se ver o baiano Sancho Bittencourt, também aluno da Faculdade de Direito se formando em 1880 como secretário. O irmão de Sancho Bittencourt era Bento Bittencourt, que atuava como 2° tesoureiro do club e se formou na

[13] Esses foram os periódicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, através da hemeroteca digital, no site da biblioteca nacional.
[14] O Club Popular ficava localizado em um Casarão no Cais do Ramos. Infelizmente não foi possível ter mais informações sobre a localização exata das reuniões do Club Abolicionista. Devido a pandemia da Covid-19 os arquivos foram fechados e nossas únicas fontes foram os jornais, através da hemeroteca digital.
[15] Infelizmente as fontes analisadas não revelaram informações sobre o personagem em questão e, por hora, não foi possível discorrer sobre a vida de A. J. Manhães de Campos.

mesma faculdade que o irmão um ano depois. (HEMEROTECA DIGITAL, Diário de Pernambuco, 13, agosto, 1880. P.2)

Temos outro tipo de publicação no Jornal do Recife bastante interessante com o título "Scenas da Escravidão". Essas publicações não eram assinadas pelo Club abolicionista, contudo o redator do Jornal do Recife era um membro do Club, com isso o Club assumiu os artigos. Essas publicações tinham o objetivo de relatar as desgraças das vidas escravizadas. Outro objetivo dessas publicações era destacar os problemas sociais recorrentes do escravagismo. Vemos no dia 14 de setembro de 1880 a denúncia de um escravizado de 60 anos, até o momento sem nome, sendo entregue ao delegado do Recife por sofrer maus tratos. Segundo o jornal, o escravizado apresentava diversos ferimentos no corpo indicando ser consequências de castigos com azorrague[16]. (HEMEROTECA DIGITAL, Jornal do Recife, 14, setembro, 1880. P.1)

Em outra publicação, no dia 17 de setembro de 1880, é publicada um pouco da história do escravizado Antônio, preto, propriedade de Seraphim Camello. Antônio estaria fugindo de seu dono, o desejo de Antônio era nunca mais voltar à servidão. Quando foi encontrado na Rua do Hospício pelos policiais designados a levar Antônio de volta a Seraphim Camello, Antônio lutou contra os policiais e feriu um deles, mas foi capturado. O jornal aponta que o desejo de Antônio teria sido satisfatório, pois pela agressão ao policial não voltaria ao seu dono, a cadeia seria seu destino. (HEMEROTECA DIGITAL, Jornal do Recife, 17, setembro, 1880. P.1)

Os membros do Club utilizavam essas publicações como um meio de promover a associação e também uma possibilidade de atacar o acampamento inimigo. Foi o que fizeram quando decidiram tomar sobre sua proteção Napoleão. Napoleão é o escravizado de 60 anos mencionado acima que foi apresentado ao Delegado do Recife com marcas de maus tratos. O club descobriu ser o seu dono Nicolau Freire Machado, provável responsável pelos maus tratos. Identificou também que o cativo entrara no Brasil após 1830[17], o que faria dele um homem livre. Não foi possível detectar se o club

[16] Tipo de chicote usado para castigar cativos.
[17] Em 1831 tivemos no Brasil a primeira lei contra o tráfico atlântico de cativos, conhecida como Lei Feijó.

conseguiu promover a liberdade de Antônio, tendo em vista que nossa pesquisa tem o recorte temporal de 1880 a 1881 e os processos de ação de liberdade são bastante demorados. (HEMEROTECA DIGITAL, Jornal do Recife, 15, setembro, 1880. P.1)

Inicialmente, o clube possuía dois meios de arrecadação: uma era a taxa paga pelos membros e a outra a subscrição popular[18]. Com a primeira, os diretores do clube tiveram um pouco de dificuldade. Por diversas vezes, em suas publicações, a associação fazia questão de lembrar aos seus membros da necessidade do pagamento da quantia que combinada[19]. O pagamento dessa taxa foi de extrema importância, pois com ela eram feitas as publicações nos jornais.

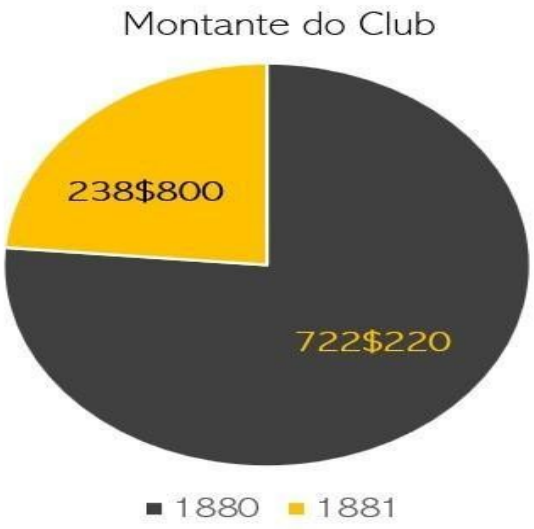
A subscrição popular é um recurso interessante dos abolicionistas. É a subscrição popular o momento para pessoas fora da elite participarem do movimento abolicionista. Os nomes dos doadores eram publicados no Diário de Pernambuco e no Jornal do Recife junto com a quantia doada. De acordo com Celso Castilho e Camillia Cowling (2013, p.171) as subscrições populares estariam produzindo novo tipo de política, conduzindo a discussão da abolição dos grandes salões para as ruas.

Celso Castilho e Camillia Cowling (2013, p.186) ainda nos informam que a participação das pessoas no movimento abolicionista era um meio de criar perfis políticos. Ora, se a causa abolicionista era nobre e civilizada, os participantes da causa ganharam o mesmo título. A Partir da publicação[20] do nome da Confeitaria do Campos na subscrição popular do Club Abolicionista, a confeitaria e o dono ganharam novos status. Era o momento de promover aquele comércio e seu nome. Muitos usaram desse artifício para elevar as posições sociais no momento.

Para arrecadar o dinheiro foram desenvolvidas 6 Comissões: Recife; Santo Antônio; Boa vista; São José e Afogados; Soledade, Fernandes Vieira e Capunga; Monteiro e Caxangá. Cada comissão tinha seu presidente responsável por sair à procura de possíveis doadores para a causa. No primeiro ano pesquisado (1880) a subscrição popular foi o meio que mais trouxe recursos para os cofres do grupo.

[18] Documento onde pessoas declaram apoio a alguma causa.
[19] O valor da taxa paga pelos membros não foi identificado.
[20] Jornal do Recife, 4 de setembro de 1880. P.2.

Gráfico 1: Montante arrecadado pelo Club Abolicionista do Recife para bancar a liberdade de escravizados 1880-1881.[21]



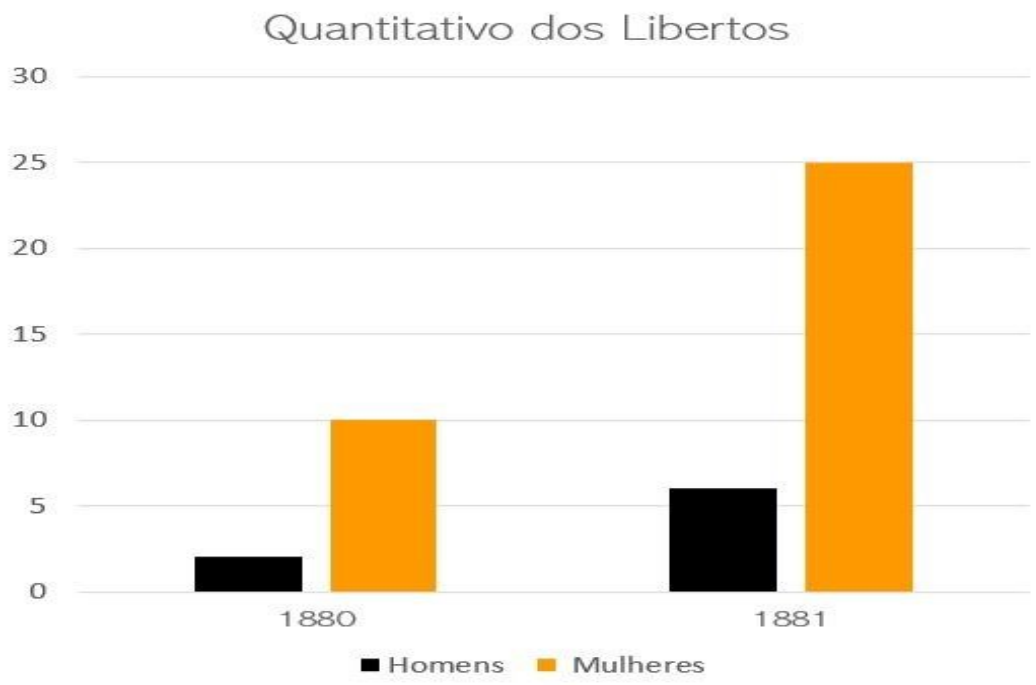
Com a quantidade arrecadada em 1880 o clube fez um sarau no Gabinete Português de leitura com diversos oradores. O evento começou às sete e trinta da noite no aniversário da lei do Ventre Livre. Naquela noite, ao todo, foram libertas 18 pessoas,[22] 12 pelo Club abolicionista e 6 pela sociedade Nova Emancipadora. Através de Celso Castilho e Camilla Cowling (2013, p. 169) descobrimos ser a Nova Emancipadora uma sociedade criada por comerciantes.[23] O evento promovido pelas duas agremiações contou com a presença do presidente da província de Pernambuco[24] e o chefe da polícia.

Na publicação do clube sobre a cerimônia de 1881 no teatro Santa Isabel, podemos ver um número maior de libertos, de 12 o número subiu para 31. Todavia, o assunto mais comentado nos jornais foi a confusão que teve origem durante a festa e depois partiu para os jornais.

[21] Fonte: Diário de Pernambuco e Jornal do Recife. Os dados são para o período de agosto de 1880 a dezembro de 1881.
[22] Diário de Pernambuco, 29 de setembro, 1880. P.2.
[23] Reforça teoria da popularização do debate sobre o abolicionismo.
[24] Franklin Dória foi presidente da província de Pernambuco durante 1880-1881.

O Club lançou uma nota no Jornal do Recife[25] se desculpando pela confusão e acusando um homem identificado como Cyridião Durval de perturbar a paz do sarau, interrompendo os oradores. (HEMEROTECA DIGITAL, Jornal do Recife, 30, setembro, 1881. P.2) No dia seguinte Cyridião Durval foi ao jornal se explicar. Argumentou ter sido inscrito para ser um dos oradores da noite, porém não lhe deram oportunidade e se fez necessário se manifestar. Apontou os membros do Club como maus organizadores. A sociedade Nova Emancipadora, amiga do Club Abolicionista, se colocou a favor do Cyridião Durval e trocou ofensas com membros do Club abolicionista nos jornais. A ligação das duas associações enfraquecem depois do ocorrido. (HEMEROTECA DIGITAL, Jornal do Recife, 01, outubro, 1881. P.2)

Gráfico 2: Quantidade de homens e mulheres libertos através do Club Abolicionista do Recife.[26]



[25] Jornal do Recife, 30 de setembro de 1881. P.2
[26]Fonte: Diário de Pernambuco e Jornal do Recife. Os dados são para o período de de agosto de 1880 a dezembro de 1881.

Quando avistamos esses números algumas perguntas aparecem: 1.Qual o motivo do aumento de cativos libertos? 2.Porque as subscrições populares tiveram tão baixo rendimento em 1881? 3.Quem eram essas pessoas e como se relacionaram para chegar até a sua liberdade? Essas perguntas e tantas outras podem ser feitas apenas olhando para esse gráfico.

Para a primeira pergunta é necessário entender o seguinte: um membro do Club abolicionista, José Mariano Carneiro da Cunha (1850-1902). Deputado provincial, jornalista e bacharel pela faculdade de Direito do Recife, também foi membro do Clube do Cupim[27] e usou de sua posição política para trazer recursos para o Club abolicionista e Nova Emancipadora.[28]

Em 1881 o presidente da província de Pernambuco tentou criar uma lei que lhe dava liberdade de contratar companhias líricas para se apresentar no teatro Santa Isabel. José Mariano de início foi contra a lei pois achava a quantia de 200:000$[29] muito alta para pagar a uma companhia lírica, mesmo sabendo dos lucros que isso traria para a Província. (HEMEROTECA DIGITAL, Diário de Pernambuco, 03, maio, 1880. P.2)

José Mariano colocou uma ementa na lei dando vantagens ao Club abolicionista e à Nova Emancipadora, duas sociedade que era membro. A emenda deixará obrigada a companhia a promover 4 eventos com os lucros arrecadados para as duas associações. Inicialmente a emenda foi rejeitada pelos colegas de José Mariano. Argumentaram ser grande a quantidade de eventos e nenhum grupo aceitaria assinar contrato com tais requisitos. A discussão fez José Mariano mudar a emenda e diminuir para dois os eventos promovidos para os grupos, uma para cada. José Mariano também conseguiu que fossem doadas loterias no valor de 120 contos para cada associação. (HEMEROTECA DIGITAL, Diário de Pernambuco, 03, agosto, 1880. P.2)

[27] Importante associação abolicionista recifense criada em 1884.
[28] informações de José Mariano retiradas do site da Fundação Joaquim Nabuco. (http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=382)
[29] Diário de Pernambuco, 3 de maio de 1881. P.2

Depois dessa conquista foram recorrentes os números de espetáculos no teatro Santa Isabel em favor do clube. Isso explica o maior número de escravizados libertos, mesmo com menor quantia adquirida com as subscrições populares.

Sobre os motivos do baixo rendimento das subscrições não temos provas exatas para definir quais foram. Contudo, temos alguns indícios. É possível que os presidentes das comissões se empenhassem menos em seus trabalhos, pois o grupo adquiriu renda fixa, com loterias e apresentações das companhias líricas.

A outra possibilidade é de que os populares doadores não sentiram mais necessidade de patrocinar o club.

A terceira pergunta ainda não conseguimos responder. Toda a pesquisa foi desenvolvida na pandemia do Covid-19, o que impossibilitou a busca em arquivos físicos, nos limitando à Hemeroteca Digital. Todavia, nos baseando no que diz Carlo Ginzburg (1989, p.174) podemos ver o nome como fio condutor de uma pesquisa. Ginzburg orienta o uso do nome para entender as relações sociais em uma comunidade. Pretendemos, em seguida, usar os nomes dos escravizados e membros do Club para entender como se deu o processo dos escravizados chegarem até às associações para conseguir sua liberdade.

Por fim, abordaremos os requisitos cobrados aos cativos pelo Club abolicionista. Vamos ver nesse momento que as liberdades não eram ganhas, mas sim conquistadas. Em primeiro lugar temos o modo pelo qual os cativos teriam que se candidatar para conseguir ajuda do Club. Era preciso enviar uma carta para a associação, revelando nome, o nome do dono, o pecúlio até o momento arrecadado, o quanto lhe era necessário para conquistar a carta alforria, se era casado, se tinha filhos, o que pretendia fazer com a possível liberdade e outros pontos de sua vida. Para enviar tais cartas os cativos precisam da ajuda de pessoas alfabetizadas, dispostas a ajudar. Existe a possibilidade de pessoas alfabetizadas cobrarem serviço em troca da ajuda na escrita da carta de identificação destinada ao Club. Os cativos não estavam ganhando suas liberdades, tinham que saber se relacionar com aqueles que poderiam lhe ajudar, pagando por isso.



Também era um requisito do Club que o cativo que desejasse ser liberto ter uma quantia de pecúlio arrecadada. Os cativos mais uma vez estavam lutando pela sua liberdade. Vale ressaltar que para possuir pecúlio o escravizado necessitava ter autorização de seu senhor, o que define mais uma vez a conquista pela liberdade. As associações abolicionistas, especificamente o Club Abolicionista do Recife, ajudaram escravizados a conseguir liberdade, todavia a liberdade não foi entregue de mãos beijadas às vítimas da escravidão: esses tiverem que lutar e conquistar sua liberdade. O Club Abolicionista do Recife foi mais um meio que os cativos utilizaram para a realização dos seus sonhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem, até agora, poucos trabalhos que percebam a atuação das associações abolicionistas. Talvez isso ocorra pela pouca quantidade de cativos libertos por ela. Entretanto, esse pequeno núcleo de abolicionistas causou grandes impactos onde estava inserido. Um exemplo disso é o Diário de Pernambuco. Segundo Arthur Danilo (2019 p.12) o Diário de Pernambuco foi o primeiro jornal a publicar anúncios de fuga de castigos com o objetivo de recuperá-los e esse jornal era o mais buscado pelos senhores de gente para a tentativa de resgatar sua propriedade. E em 1881, no dia 27 de setembro, um dia antes da segunda cerimônia de liberdade do Club Abolicionista, o Diário de Pernambuco anuncia que a pedido do Club abolicionista não iria aceitar novos pedidos de publicação de fugas. O jornal via como hipocrisia quase todos os dias publicar em favor do movimento abolicionista e lucrar com anúncios de fuga. Se faz necessário entender essas e outras consequências relacionadas a esse tipo de movimento abolicionista.

Não sabemos muito sobre os membros do clube, dos escravizados que conquistaram e os que não conquistaram suas liberdades por meio do clube. É importante que saibamos quem são esses homens e mulheres que lutaram para conseguir se estabelecer como homens livres.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. **Flores, Votos e Bala**: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88) EDITORA SCHWARCZ S.A. São Paulo, 2015.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravidão e Abolição no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1998.

CARVALHO, Marcus. **Liberdade**: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. 2a ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

CASTILHO, Celso; COWLING, Camillia. Bancando a liberdade, popularizando a política: abolicionismo e fundos locais de emancipação na década de 1880 no Brasil. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 47, p. 161-197, 2013.

CHALHOUB. Sidney. **Visões da liberdade**: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

COSTA, Lenira Lima da. **A lei do Ventre Livre e os caminhos da liberdade em Pernambuco, 1871-1888.** 2007. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado em História, UFPE/Recife.

GINZSBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa, Difel- Difusão Editorial Ltda, 1989.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro da Folha de São Paulo)